



CARTA DE BRASÍLIA

No encerramento de sua **3ª Conferência Nacional das Carreiras Típicas de Estado**, que teve como tema **“O papel das carreiras de Estado na Promoção do desenvolvimento do Brasil e no combate à corrupção”** e reuniu parlamentares, gestores públicos, estudiosos, membros e servidores de carreiras públicas e outras autoridades; o **Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado - FONACATE**, cumprindo o seu papel de representante de mais de 180 mil servidores públicos integrantes de carreiras que executam atividades imprescindíveis ao funcionamento do Estado, apresenta à sociedade brasileira este documento, em que faz um balanço das discussões realizadas durante o evento e suas conclusões.

A Conferência debateu a importância da constituição de uma máquina pública eficiente, com capacidade de atuação e autonomia, para a implementação de um Projeto de País Desenvolvimentista. O **FONACATE** acredita estar cumprindo as finalidades para qual foi criado e, ao mesmo tempo, contribuindo para a realização do objetivo comum a todos os brasileiros: a construção de um país mais justo que atenda às necessidades de todos os cidadãos, independente de cor, sexo, credo ou posição social.

Durante todo o período da realização da Conferência, foi defendida a necessidade da valorização das Carreiras Típicas de Estado para que o país possa realizar um efetivo combate à ineficiência, à corrupção e aos mecanismos de captura do Estado.

Ficou claro em todos os debates, em que se discutiu o momento vivido pelas Carreiras Típicas de Estado, que a defesa desses interesses tão caros ao país não dependem apenas e tão somente do esforço daqueles que compõem essas carreiras, mas, sobretudo, do compromisso político nos mais altos níveis de cada um dos três poderes da República e na contínua participação da sociedade civil organizada no controle e na avaliação das decisões e atos públicos.

Essas instituições são a chave da evolução do processo de democratização das oportunidades em nossa sociedade. Mas esse processo vivo e contínuo depende da consolidação de uma burocracia estatal moderna, em que haja políticas consistentes de valorização dos profissionais dessas carreiras. Houve consenso sobre a importância do concurso público, das garantias e condições de trabalho e da justa remuneração para se manter e atrair os melhores talentos profissionais para o Estado.

Todavia, restou evidente em todas as discussões realizadas durante a **3ª Conferência Nacional das Carreiras Típicas de Estado**, que essa não tem sido uma preocupação dos nossos governantes. O processo de constituição da burocracia weberiana nunca foi concluído no Brasil e nossas instituições ainda sofrem com o peso da herança política clientelista e patrimonialista característica dos estados patrimonialistas. Constatou-se que as medidas de modernização da Administração Pública brasileira, como a criação de carreiras importantes nos últimos anos, são muitas vezes acompanhadas de retrocessos que sinalizam a desvalorização do servidor público de carreira, como, por exemplo, a criação da Previdência Complementar do Servidor Público e o aparelhamento do Executivo Federal com aproximadamente 24.000 cargos em comissão de livre nomeação.

Essas características do processo evolutivo da Administração brasileira demonstram a dificuldade de se conscientizar os líderes políticos do país sobre a importância do papel do Estado na condução do desenvolvimento econômico e social sustentado. Mesmo os Governos de esquerda, eleitos após a fadiga do modelo neoliberal do Estado mínimo, têm tido dificuldade para entender e implementar políticas consistentes de recuperação do serviço público nacional. Ao mesmo tempo, parecem desconhecer a importância destas carreiras para o bom desempenho da máquina governamental. Nem mesmo quando se aproximam a realização de importantes eventos que colocarão o Brasil sob o foco dos olhares das outras Nações, o atual Governo reconhece a necessidade de se valorizar as carreiras estratégicas.

Por isso, todas as entidades que subscrevem esta Carta conclamam os governantes e a sociedade a concluírem o processo de valorização da Administração Pública e dos servidores de carreira como a chave do processo de desenvolvimento e construção de um País rico e justo, garantindo os direitos individuais e sociais do cidadão, razões da existência do Estado.

Brasília, junho de 2012.

Compõem este Fórum:

AACE – Associação dos Analistas de Comércio Exterior

ADEPOL – Associação dos Delegados de Polícia do Brasil

ADPF – Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal

AFIPEA – Associação dos Funcionários do IPEA

ANER – Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais

ANESP – Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental

ANFFA SINDICAL – Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários

ANFIP – Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil

ANMP – Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social

AOFI – Associação Nacional dos Oficiais de Inteligência

ASSECOR – Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento

ASSINAGRO – Associação Nacional dos Engenheiros Agrônomos do INCRA

AUDITAR – União dos Auditores Federais de Controle Externo

CONAMP – Associação Nacional dos Membros do Ministério Público

FEBRAFITE – Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais

FENAFIM – Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais

FENAFISCO – Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital

SINAIT – Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho

SINAL – Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central

SINDCVM – Sindicato Nacional dos Servidores Federais Autárquicos nos Entes de Promoção e Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários

SINDILEGIS – Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do TCU

SINDIFISCO NACIONAL – Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil

UNACON SINDICAL – Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle

UNAFE – União dos Advogados Públicos Federais do Brasil

UNAFISCO ASSOCIAÇÃO NACIONAL – Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil